

FOUCAULT E A QUESTÃO DO SUJEITO: as tecnologias do eu e a criação de novas subjetividades¹

Wandeilson Silva de Miranda²

Resumo: Com a formação das sociedades modernas e a constituição de novas formas de governo o sujeito passou a ser moldado por tecnologias de subjetivação completamente inéditas. No entanto, segundo Foucault, entramos em um novo horizonte dessas tecnologias do eu, onde o poder disciplinar já não é suficiente e não mais consegue abranger e esquadrihar todos os redutos da vida. Para Foucault a nova modalidade do poder já não é mais centralizadora, mas difusa, capilar e fluida, segundo ele entramos na era das biopolítica. Nosso trabalho pretende apresentar alguns dos aspectos dessa nova modalidade de poder e como, hoje, estamos enredados em suas malhas.

Palavras-chave: Disciplina. Biopolítica. Poder. Subjetividade. Corpo.

Abstract: With the formation of modern societies and the establishment of new forms of government the subject began to be shaped by news subjectivity technologies. However, according to Foucault, we enter into a new horizon of these technologies of the self, where the disciplinary authority is not enough and can not controll all the parts of life. For Foucault the new modality of power is no longer centralized, but it's diffuse capillary and fluid; according him, we entered into the era of biopolitics. Our study presents some aspects of this new modality of power and how, today, we are entangled in its meshes.

Keywords: Discipline. Biopolitics. Power. Subjectivity. Body.

1 INTRODUÇÃO

“Em nossos dias não se pode mais pensar senão no vazio do homem desaparecido”, são nesses termos que Foucault (2000, p. 473) alerta, em *As palavras e as coisas*, sobre o fim do Homem, e o esgotamento da sua forma, alicerçada na representação e na verdade de um humanismo. Tema esse que definirá os rumos não apenas da filosofia foucaultiana, mas de toda a filosofia contemporânea. Porém, diante dos homicidas do homem, e há muitos durante todo o século XX, a estratégia de Foucault foi romper com a sombra do estruturalismo, o

¹Texto apresentado no XIII Encontro Humanístico, II Ciclo de Estudos Sobre Alteridade e Intersubjetividade, com o tema: *Os diferentes modos de ver o Outro na Cultura*, organizado e promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Fenomenologia e Psicologia Fenomenológica realizado no período de 11 a 13 de novembro de 2013 no Centro de Ciências Humanas (CCH) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

²Professor da Universidade Federal do Maranhão – Campus de São Bernardo. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Professor líder do Núcleo de Estudos em Ontologia e Biopolítica (NEOBIO). E-mail: wsmir@hotmail.com.

que lhe possibilitará seguir sua própria intuição e elaborar sua filosofia barroca, o que se mostrou muito mais rica nos resultados e bem mais prospectiva na interpretação das questões fundamentais do nosso tempo. Porém, não é apenas o esgotamento da forma-Homem que é problematizado por Foucault, segundo ele, o vazio deixado com o desaparecimento drena os últimos vestígios da forma-Homem que desde Sócrates nada mais era do que uma “brecha entre a ordem das coisas”³, e com isso, paradoxalmente, somos aquele que desaparece, e somos aquele que de algum modo deve recriar-se. O sujeito é concebido por Foucault não enquanto uma substância, antes uma forma, porém essa forma deve ser pensada enquanto uma variável, um contorno flutuante, sempre remodelado a partir das forças que entram em jogo com as linhas dessa forma-Homem. Numa clara alusão ao questionamento nietzschiano Foucault coloca em suspenso os valores estabelecidos de um sujeito universal e racional. A desconstrução do sujeito como dado pré-existente por parte de Foucault, é uma das principais estratégias da sua filosofia para fazer compreender a “vontade de verdade”, e assim revelar os processos, os mecanismos e jogos em que se põe a Verdade. Os jogos de verdade referem-se ao conjunto das regras de produção de verdade, as mudanças das regras produzem modificações no valor de tal verdade. O conjunto das regras que estão relacionadas com procedimentos discursivos (renascentista, clássico, moderno) e dispositivos (disciplinar, sexualidade, subjetividade), operam a institucionalização ou a desinstitucionalização da verdade. Diz Foucault (2001b, p. 404, tradução nossa)⁴: “Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante”. Os jogos de verdade são os meios pelos quais se produz subjetividades, e ao desmontar uma das pontas do “jogo” Foucault desarranja o circuito verdade-sujeito. Seguindo o rasgo ontológico do filósofo ermitão de Sils Maria Foucault demonstra que este Homem evanescente não poderá mais sustentar as possibilidades do porvir⁵. Nosso tempo, segundo Foucault, é aquele que é convocado a pensar a nova forma que se deverá construir, um Além-da-forma-Homem, e com isso despertar do “sono antropológico” no qual está mergulhado. Nesse sentido é totalmente válida a tarefa filosófica proposta por

³Cf., Michel Foucault, *As palavras e as coisas*, (prefácio) p.XXI. Ver bibliografia.

⁴Michel Foucault, *Pouvoir et savoir*. In. Dits et Écrits II, texto n. 216.

⁵Cf., a passagem de *As palavras e as coisas* (2000, p. 533-534) onde Foucault relaciona de modo pontual esta relação.

Foucault: construir uma ontologia do presente. Ontologia do atual, tarefa de uma analítica da história a fim de por em aberto os jogos do saber-poder que produzem os modos de ser hodiernos. Foucault (2001b, p. 1041-1042, tradução nossa)⁶, em uma entrevista sintetiza o seu *modus operandi*:

Eu gostaria de dizer, antes de qualquer coisa, qual foi o objetivo do meu trabalho nestes últimos vinte anos. Não foi analisar os fenômenos do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Procurei antes produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura. Tratei, nesta ótica, de três modos de objetivação que transformaram os seres humanos em sujeitos.

O resumo dessa pesquisa foucaultiana pode ser dividida em três momentos: a análise do poder, do saber e da ética, esta corresponde à última fase da filosofia foucaultiana. Outra divisão comumente aceita é a seguinte: período arqueológico, período genealógico e uma genealogia da ética. Neste último período ressalta-se o surgimento de um “sujeito” mais efetivo e menos passivo aos desenlaces da história. Segundo a citação acima, podemos perceber que estes três momentos são complementares e representam a própria continuidade de uma investigação: os diferentes modos de subjetivação. Para esclarecer tal questão pretendemos apresentar de modo sucinto as linhas centrais da questão da subjetivação na filosofia de Foucault.

2 A SUBJETIVAÇÃO DISCIPLINAR: o controle dos corpos

Nas análises do poder, do saber e da ética Foucault estabeleceu três modos para se pensar o sujeito: sujeito objetivado pelas disciplinas e instituições, um sujeito fundamentado por um discurso de verdade, e por fim, um sujeito das práticas subjetivantes, pelo qual ele se torna sujeito de si para si. Estes três modos de análise constituem as relações do sujeito com o mundo; com as coisas; com a enunciação; com os outros e sobre si. Deste modo, Foucault elaborou uma malha fluída que nos permite observar as estruturas do saber-poder, enquanto jogos de verdade e por fim as condições pelas quais um sujeito torna-se sujeito para si. Sua procura não se relaciona com as causas materiais, mas com demonstração das possibilidades e interações dos sujeitos, bem como as reações de que são passíveis⁷. Segundo Foucault, diferentes práticas, psicológicas, médicas,

⁶Michel Foucault, *Le sujet et le pouvoir*. In: Dits et Écrits, texto n. 306.

⁷Cf., Michel Foucault, *Verité, pouvoir, et soi*, p.1601. In: Dits et Écrits II, texto n. 362.

penitenciárias, educativas, formaram a ideia, o modelo de humanidade, e por isso mesmo, uma concepção de homem. A questão que parece interessar a Foucault é como essa ideia tornou-se evidente e universal; em outros termos: normativa. Quando Foucault alerta que o seu trabalho voltou-se sempre para os processos de subjetivação, ele esclarece que a tarefa de sua filosofia é fazer uma leitura da história a contrapelo, pois assim faz ver os modos, as forças, que modelaram o que somos agora. Ao desmontar a história, Foucault retira sentidos novos da existência, e principalmente, impregna o presente com novos sentidos de ser e de devir. Por isso, a tarefa de sua filosofia, que ele no final da vida tornava mais e mais clara, já se encontrava formulada desde os primeiros movimentos, como fica explícito numa entrevista de 1967. Afirma Foucault (2001a, p. 634, tradução nossa)⁸:

Eu procuro diagnosticar, realizar um diagnóstico do presente: dizer o que nós somos hoje, e o que significa, hoje, dizer disto que nós dizemos. Este trabalho de escavação sob os próprios pés caracteriza desde Nietzsche o pensamento contemporâneo, e é neste sentido que me declaro filósofo.

Em sua pesquisa, buscando descobrir quem somos e como nos tornamos o que somos, um dos pontos altos do diagnóstico foucaultiano será a análise que iniciará nos anos setenta, com os estudos da sociedade disciplinar e seus desdobramentos, marco que definirá seus últimos trabalhos. Em *A verdade e as formas jurídicas* (1974), Foucault anuncia que em meados do século XVIII, surge a sociedade disciplinar, enquanto produto de um novo tipo de verdade oriunda da relação entre saberes (jurídicos e judiciais) e das práticas sociais, que têm por finalidade vigiar e registrar de modo contínuo o sujeito.

A sociedade disciplinar se constitui enquanto uma sociedade reguladora, construindo organizações e controles sobre o espaço e o tempo, sobre a conduta dos indivíduos, e especificamente sobre seus corpos. Segundo Foucault, a sociedade disciplinar deve ser compreendida como o surgimento de um poder exercido numa dupla articulação, num duplo movimento, *input-output*, pois ao mesmo tempo em que ela controla o espaço-tempo dos sujeitos, ela espera e gerencia as respostas adequadas por parte desses sujeitos. Assim, pode-se afirmar que o mais importante dentro dessa sociedade são os princípios produzidos para a regulação dos indivíduos, já que são eles que determinam o lugar da norma. Por isso, a sociedade disciplinar, produz regimes de verdade, pois ela sanciona o que é

⁸Cf., Michel Foucault, “*Qui êtes-vous, professeur Foucault?*”. In. Dits et Écrits I, texto n. 50.

verdadeiro, e o que não é, o que é aceitável ou não, o que é normal e o anormal, etc. A disciplina rege a multiplicidade dos homens, multiplicidade que se faz a partir do treino dos corpos individuais, regularmente vigiados, eventualmente punidos. É nesse mesmo período que surge as Ciências Humanas enquanto um saber sobre o Homem, e enquanto saber cabe a ela determinar a aferição da verdade destes sujeitos. Por meio de um “exame” o poder instaura uma sujeição, porém ele não é apenas negativo, repressivo, antes ele opera de modo sutil, indutivo, pelo qual ele adentra e produz os tipos de comportamentos, cabendo ao indivíduo modelar-se segundo o padrão de “normalidade”. A disciplina não é apenas o domínio sobre o sujeito, mas a criação de resultados positivos para o próprio sujeito: saúde, segurança, educação, etc. Estes novos saberes são o resultado da racionalização sobre os corpos, e delas se estabelece as linhas políticas que irão organizar: as anatomopolíticas; separar, vigiar, punir, distribuir, torná-los úteis e produtivos, são estas algumas das atribuições desse novo poder. A disciplina aumenta a força do corpo, mas em contraposição o desassocia de sua potência, pois o corpo é percebido enquanto uma “aptidão”, algo “capaz de”, matéria-prima para uso do poder. Deste modo, os corpos são introduzidos no cálculo, na mecânica do poder de forma medular: “Todo poder é físico, e há entre o corpo e o poder político uma ligação direta”. (FOUCAULT, 2006, p.19). Porém, os saberes estão conjugados às instituições, modo pelo qual se articula a imagem do Homem-normal ao mecanismo disciplinares que exercem poder sobre os corpos:

O discurso das ciências humanas tem precisamente por função conjugar, acoplar esse indivíduo jurídico com esse indivíduo disciplinar, fazer crer que, o indivíduo jurídico tem por conteúdo concreto, real, natural, o que foi demarcado e constituído pela tecnologia política como indivíduo disciplinar. Desbastem o indivíduo jurídico, dizem as ciências humanas (psicológicas, sociológicas, etc.), e encontram certo homem; e de fato o que elas apresentam como homem é o indivíduo disciplinar. (FOUCAULT, 2006, p.71-72).

Para Foucault, a disciplina é uma anatomia política do detalhe, uma verdadeira arte do corpo humano.⁹ Como uma organização militar, a disciplina controla, vigia, pune. Foucault enumera essas instituições: escola, caserna, hospital psiquiátrico, fábrica, prisões, casa de correções, as quais ainda hoje mantêm a mesma função. A sociedade disciplinar pode ser considerada como aquela que exerce um poder triunfal sobre os corpos: “O *Panopticon* é a utopia de uma

⁹Cf., Michel Foucault, *Vigiar e punir*, p. 120. Ver bibliografia.

sociedade e de um tipo de poder que é, no fundo, a sociedade que atualmente conhecemos – utopia que efetivamente se realizou” (FOUCAULT, 2002a, p. 87). O corpo humano entra em uma verdadeira maquinaria de poder que o coloca inteiramente dentro do cálculo e dos objetivos diretos do poder: o poder se exerce ao atravessar os corpos individuais, unindo-os na multiplicidade, transformando-os num todo, num conjunto que funciona *com* e *para* o poder: “Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre a aptidão aumentada e uma dominação acentuada.” (FOUCAULT, 2002b, p.119). Assim, a sociedade disciplinar é compreendida por sua capacidade de tornar os corpos dóceis, manipulando-os, tornando-os hábeis e intensificando sua força produtiva, numa síntese de utilidade-docilidade¹⁰. O que Foucault define dessa arquitetura lógica é o poder que pelo domínio do tempo e do espaço amplifica-se em seu domínio sobre os corpos individualizados transformando-os em verdadeiras máquinas em sua eficácia e prontidão em receber e cumprir uma ordem. Porém, dentro dessa função disciplinar, deve-se ver que a sua principal função não é a reclusão, mas a inclusão dos indivíduos no sistema normalizador. Por isso, elas podem ser concebidas como “instituições de sequestro”, pois a sua condição de existência é construir uma sociedade que inclui mais do que exclui:

A fábrica não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de produção. A escola não exclui o indivíduo; mesmo fechando-os, ela o fixa a um aparelho de transmissão do saber. O hospital psiquiátrico não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de correção, a um aparelho de normalização dos indivíduos. O mesmo acontece com a casa de correção ou com a prisão. Mesmo se os efeitos dessas instituições são a exclusão do indivíduo, elas têm como finalidade primeira fixar os indivíduos em um aparelho de normalização dos homens. (FOUCAULT, 2002a, p.114).

Segundo Foucault, tal forma de poder garante além do domínio efetivo sobre os corpos uma considerável diminuição nos gastos, tanto políticos, quanto econômicos. O poder torna-se uma máquina eficiente em resultados com o mínimo de erros, dispêndios e perda de tempo. O corpo controlado pelo cálculo do poder disciplinador necessita ser formado, melhorado, corrigido, deve adquirir aptidões, receber qualificações, as funções que irá realizar. Para alcançar a minuciosidade, a perícia disciplinar estende uma rede que generaliza uma modelo mecânico no qual

¹⁰Cf., Michel Foucault, *Vigiar e punir*, p.117. Ver bibliografia.

os corpos são introduzidos; mecânica que se repete nas escolas, nas casernas, nas prisões, nas fábricas. Mas a mecânica do poder disciplinar já não recai sobre o sonho do homem autômato, do corpo cerrado e incapaz de aprendizagem, incapacidade de integrar-se com os aparelhos de produção. Procura-se, antes, o corpo natural, organismo flexível e manipulável, é no “corpo natural”, que o poder investe, pois ele é “portador de forças e sede de algo durável; é o corpo suscetível de operações especificadas, que têm sua ordem, seu tempo, suas condições internas, seus elementos constituintes.” (FOUCAULT, 2002b, p.132). Corpo que se torna peça de uma máquina “multissegmentar”¹¹.

O corpo ao tornar-se alvo dos novos mecanismos do poder, abre-se também para as novas formas de saber. Logo, ao ser introduzido nos novos mecanismos, os novos saberes multiplicam os métodos, as estratégias e as condições pelas quais a disciplina produz o corpo capaz do gesto perfeito¹². Por isso o poder disciplinar é “polimorfo e polivalente”, sendo esta uma das características da sua adaptabilidade às novas situações que ocorrem, pois estas exigem um desdobramento do poder em outros modos de incluir o indivíduo no cálculo, assim, a economia, o judiciário e o epistemológico, que atravessa e anima os outros dois, são expressões do poder disciplinar. A sociedade disciplinar elabora uma série de saberes, criando um verdadeiro amálgama das tecnologias do eu, que pode ser descrita da seguinte forma: o saber sobre os indivíduos nasce a partir da observação, comparação, - seja na família, na sociedade, ou na fábrica -, da análise dos doentes, das crianças, dos criminosos; em suma, um saber clínico que nasce da análise de certas condições e torna-se a linha condutora de novos saberes sobre os indivíduos: a criminologia, a psiquiatria, a psicologia, a psicossociologia, etc. O poder disciplinar investe suas forças na fabricação do sujeito, essa seria a grande questão que nos atinge, pois não sabemos como enfrentar estas forças do controle, que não sendo repressivas não são menos violentas: “o poder não é a disciplina; a disciplina é um procedimento possível do poder”. (FOUCAULT, 2001b, p. 1409), tradução nossa)¹³. Por fim, o poder não é bom nem mau, ele não pertence a uma classe, não possui uma substância, ele é produção e não pura repressão, esta é antes um “efeito colateral”; o poder é primeiramente positivo. Como alerta Foucault, não se

¹¹Cf., Michel Foucault, *Vigiar e Punir*, p. 139. Ver bibliografia.

¹²Cf., Michel Foucault, *Vigiar e Punir*, p. 130-140. Ver bibliografia.

¹³Michel Foucault, *Politique et éthique: une interview*. In. Dits et Écrits II, texto n. 341.

pode compreender a especificidade do poder disciplinar se atermo-nos ao modelo da repressão. É na produtividade, na otimização e na eficiência que o poder disciplinar revela sua verdadeira força. O poder disciplinar organiza-se de modo a efetuar sobre os corpos uma sujeição efetiva e integral, manipulando-os e positivando-os de tal forma que obtém deles a sua máxima eficácia. No entanto, essa não seria a última chave dada a nós por Foucault para compreendermos as estratégias do poder. Segundo ele, as linhas erguidas pelo poder disciplinar demarcaram um novo objeto de controle que ao atravessar os corpos vai além deles: a vida; a vida compreendida enquanto um conjunto de processos biológicos.

3 A SUBJETIVAÇÃO TOTAL: biopolítica e biopoder

Como observamos não é possível separar a análise das instituições, fábrica, asilo, escola, etc., de uma análise das tecnologias políticas de onde derivam formas de subjetivação, para Foucault, no entanto, o poder não permanece preso ao corpo individual, ele estendeu-se sobre a vida em todas as suas manifestações. Segundo ele, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVIII, em duas formas principais e que não podem ser concebidas como contrárias, mas sim como polos interligados. Um dos primeiros polos, analisado acima, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças. Foi o que Foucault caracterizou de disciplina: a anátomopolítica do corpo humano. Já o segundo polo atravessa a vida, a espécie humana, cavando mais fundo o controle sobre os sujeitos:

O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos; a proliferação, o nascimento e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-lo variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intenções e *controles reguladores: uma biopolítica da população*. (FOUCAULT, 2003, p.131).

A implantação destas duas modalidades de poder, anatômico e biológico, organizaram as técnicas de controle numa concepção mais eficaz e “calculista da vida”. Agora não é na morte que o poder investe suas forças, mas na gestão, no desempenho e nos processos básicos do indivíduo. A vida torna-se objeto de uma nova produção do poder, ela é incluída de forma tal que se transforma na condição pelo qual o exercício do poder se efetiva, Foucault define essa nova configuração de

biopolítica. Biopolítica não incide apenas sobre os corpos individuais, mas sobre a totalidade dos corpos, pensados enquanto conjunto, enquanto população. Biopolítica e Biopoder são, às vezes, usados como sinônimos, porém o primeiro termo significa mais uma política em nome da vida e o segundo como a vida está sujeita ao controle da política¹⁴. Para o biopoder, não é suficiente controlar os corpos, determinar seus gestos, sua eficiência, sua capacidade de trabalho, também é necessário elaborar modos de torná-lo produtivo por um longo tempo, organizá-lo não apenas na fábrica, na escola, na caserna, mas em todos os ambientes, nas diferentes circunstâncias e condições temporais de sua existência. Agora o poder procura introduzir os corpos individuais numa engrenagem múltipla, no qual as diversas peças se articulam num todo coeso, poder massivo que insere definitivamente a vida numa maquinaria diabólica¹⁵. Se o poder disciplinar encerrava o sujeito numa estrutura compreendida enquanto corpo-máquina, o biopoder age na dimensão macro, na população entendida enquanto corpo-espécie. O suporte do biopoder dar-se-á não apenas por meio do uso da força dos corpos, mas em suas infinitas possibilidades, que podem ser alargadas a partir de estratégias que implementam políticas de natalidade, mortalidade, saúde, duração de vida, higiene, etc. Tal transformação denota, segundo Foucault, a elaboração de uma nova configuração do Capital, mas não apenas isso, ao mesmo tempo, o saber médico passa a atuar intimamente ao lado das estratégias do poder. A medicalização da sociedade tornar-se-á o grande condão da civilização no irromper do século XIX. O capitalismo nascente organizou-se a partir do controle dos corpos, porém, deve-se acrescentar a isso o domínio sobre a lógica biológica desses corpos. Para resumir: a disciplina volta-se para o corpo-indivíduo, prevalecendo o modo de controle e de vigilância, visando a ordenação e a otimização; o biopoder procura gerir a vida e não apenas os corpos. É não apenas uma mudança de estratégia, mas de configuração global do poder, um ajuste dos corpos ao capitalismo e às forças a ele convergentes: a medicina e a tecnociência. A biopolítica não deixa de utilizar os mecanismos de controle do poder disciplinar, porém, ela lhes dá um maior alcance, alarga suas possibilidades de atuação, seu manejo e efetividade. Por isso, não se deve compreender o biopoder como algo que se separa do poder disciplinar, deve-se ver nele a sua própria extensão, sua

¹⁴Cf., Roberto Esposito, *Bíos: Biopolítica e filosofia*, p.05. Ver bibliografia.

¹⁵Cf., Michel Foucault, *L'œil du pouvoir*, p. 199-201. In.: *Dits et Écrits II*, texto n. 195.

ampliação, exercendo-se sobre o corpo-espécie, sobre a multiplicidade dos homens compreendidos em seu conjunto, obtendo efeitos sobre uma totalidade computável. Em suma, a vida enquanto evento global é o novo objeto das estratégias de uma biopolítica. Ao socializar o corpo como objeto da produção o Capital alterou profundamente e dramaticamente os modos de existir no ocidente. Numa palestra *La naissance de la médecine sociale*, feita em 1974, no Brasil, Foucault pela primeira vez fala sobre a biopolítica nos seguintes termos:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se efetua unicamente pela consciência ou pela ideologia, mas também pelo corpo e com o corpo. Para a sociedade capitalista, foi o biopolítico que importou antes de tudo, o biológico, o somático, o corporal. O corpo é uma realidade biopolítica; a medicina é uma estratégia biopolítica. (FOUCAULT, 2001b, p.210, tradução nossa).

Todas as questões levantadas até aqui, apresentam a crítica foucaultiana aos vários modos de fabricação do sujeito: seja pelas práticas epistêmicas tal como ele apresenta em *As palavras e as coisas*; seja pelas práticas disciplinares que ocupam seu pensamento durante os anos 70, *Vigiar e Punir*, *A verdade e as formas jurídicas*, ao mesmo tempo que demonstra como os fatores da subjetivação estão atreladas a todas as manifestações do poder: a economia, a cultura, o Direito, o Estado, etc., e principalmente tenta revelar os mecanismos de como o saber (as práticas de vigilância, comparação, classificação, compensação, etc.) tecem a rede do poder sobre os sujeitos num movimento difuso e complexo, mas totalmente coeso em seus objetivos. Porém, ao apresentar a questão da biopolítica, Foucault aprofunda sua análise e nos apresenta uma força mais perigosa e potencialmente mais violenta na tarefa de submissão e assujeitamento dos indivíduos. O viver, o falar e o trabalhar são deslocados do seu fundo histórico para que se compreenda a máquina que se monta sobre essas estruturas do humano e por meio delas faz conhecer *quem é o homem*, e *como domesticar o humano*, seu corpo, sua alma. Submissão que se faz na prática da liberdade e por meio dos dispositivos da própria democracia. A vida biologicamente considerada converte-se no verdadeiro objeto do poder. Cada mínima variação do sistema é passível de utilização, os corpos são efetivamente incluídos nos cálculos do poder, tornam-se o veículo pelo qual se amplia o próprio poder dos governos, e por isso mesmo a força pelo qual o coletivo, como massa plástica e passiva, é submetida aos desígnios do capital. O regime do biopoder, ao atrelar à sua lógica de realizações a vida, também possui controle

sobre a morte (quem deve ou pode morrer) e a vida dos indivíduos. Ao colocar o biológico sob sua regulação, o poder político dos governos já não compreende os indivíduos como sujeitos de direito, mas como vidas que devem permanecer dispostas e submetidas à sua gestão. Tal questão, a de uma realidade em que o corpo é inserido nuclearmente no projeto e nas estratégias do poder, Foucault sintetiza da seguinte forma: contrariamente ao poder soberano que faz morrer e deixa viver, a biopolítica faz viver e deixa morrer. Esse poder de fazer viver, ou seja, de cuidar do ser vivo, de dirigi-lo, curá-lo, seria o regime pelo qual se caracteriza a biopolítica. Contrariamente ao poder soberano que fazia morrer e deixava viver, a biopolítica articula a anátomopolítica constitutiva do poder disciplinar com outros dispositivos de controle, no qual a eficiência do poder se mede pela sua capacidade de introduzir sistematicamente o corpo nos cálculos do governo, a vida passa a ser gerida, do nascimento à sua morte, esquadrihada: imigração, emigração, saúde, lazer, habitação, sexualidade, longevidade, procriação, etc., os processos biológicos em suas várias manifestações passam ao controle da biopolítica. Há uma passagem, um pouco longa, mas que merece ser citada, pois nela Foucault não apenas articula a relação entre poder disciplinar e biopolítica, mas sintetiza sua concepção da biopolítica¹⁶:

Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é – diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie. Mais precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. [...] Depois da anátomopolítica do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomopolítica do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana. (Foucault, 2005, p.289).

Da individualização criada pelo poder disciplinar passamos para o momento em que os processos são elaborados a partir de estratégias globais, massificantes, em que o homem-corpo cede terreno para a produção de políticas firmadas no homem-espécie. Durante o século XIX a tecnologia da biopolítica alastra-se pelos estados europeus e, sem romper com os mecanismos disciplinares,

¹⁶Cf., também Michel Foucault, *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Ver bibliografia.

intensifica sua força e amplia sua ação, por isso, ela é na verdade uma tecnologia de dupla face. Dupla face, pois está voltada, como ser bifronte, para o enclausuramento disciplinar e para o controle generalizado, para o indivíduo e a para a espécie, para o que faz viver e para o que mata. O biopoder opera num zoneamento constante dos corpos para evitar as escalavraduras da morte e da doença, o enfraquecimento dos seres vivos, sua baixa energia que resulta em perdas econômicas. A biopolítica exerce sua força por meio do controle das *endemias*, que não se confundem com as epidemias, aquela é a “morte permanente que se introduz sorrateiramente”, “corrói perpetuamente”, diminui e enfraquece a população¹⁷. Neste sentido, quando o biológico atravessa a história de lado a lado, compreendemos o que Foucault quis dizer com o termo “bio-história”.

Para Foucault a bio-história denomina a situação em que a questão do homem foi colocada em relação consigo e com os demais seres vivos¹⁸ numa situação limite em que se redefine a própria ideia de vida: epidemias, fome, originadas das mais variadas causas, e hoje podemos falar da própria modificação do conceito de vida, quando esta passa a ser elaborada e modificada em laboratórios. O estreitamento entre história e vida afirma-se devido aos momentos de pressão que quebram essas fronteiras e possibilitam a entrada da vida nos cálculos explícitos dos governos: “[...] e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana.” (FOUCAULT, 2003, p. 134). O perigo que se alinha não é o *aniquilamento* da vida, como Foucault alerta, a vida não é integrada de forma definitiva nas técnicas de dominação, pois ela sempre “escapa”¹⁹. Porém, agora, ela está inserida no cálculo, na esfera do domínio e da manipulação, e mesmo que escape, a cada giro de compressão do poder, a cada volta, como os anéis da serpente na imagem invocada por Deleuze²⁰, o poder constringe a vida, num processo de domesticação, controle e imobilização do estranho e do anômalo singular à vida. O controle e os modos de subjetivação tornam-se mais complexos, mais eficientes, mais sofisticados e mais violentos. A violência define-se precisamente não pela brutalidade, mas pelo lento, suave e preciso assenhoramento das clivagens da vida.

¹⁷Cf., Michel Foucault, *Em defesa da sociedade*, p. 290-291. Ver bibliografia.

¹⁸Cf., Michel Foucault, *La naissance de la médecine sociale*, Dits et Écrits II, Texto n. 196.

¹⁹Cf., Michel Foucault, *História da sexualidade I: a vontade saber*, p. 134. Ver bibliografia.

²⁰Cf., Gilles Deleuze, *Pourparlers*, p.247. Ver bibliografia.

Durante o final dos anos 70 e mesmo nos seus trabalhos finais, Foucault aprofundou sua investigação sobre a biopolítica, utilizando o conceito como forma de fazer ver a constituição das subjetividades nas malhas do poder, revelando as formas de assujeitamento, de fabricação das almas e como a vida tornou-se o problema maior da política, cabendo a ela administrar, regradar, normalizar, calcular, domesticando os corpos e colocá-los a serviço da governamentalidade política. O surgimento da biopolítica não é apenas a mudança das formas de produção econômica, é antes de tudo resultado da mudança do modo de governar. Não mais uma “arte de governar”, mas o surgimento de uma nova matriz de racionalidade que Foucault denomina de “razão de Estado”. A lógica circunscrita na biopolítica não opera apenas sobre este ou aquele indivíduo, toda a sua tecnologia volta-se para o controle e a modificação da vida, incluída aí, especificadamente, a espécie humana, a biopolítica busca modificar o “destino biológico da espécie”²¹ e estabelecer as condições, a partir desse aprimoramento da vida, de fabricação e controle dos sujeitos. Fabricação de corpos, necessários para a potencialização da própria biopolítica. A biopolítica cria a ideia de população em contraposição à ideia de indivíduo, de sociedade, de povo, para que a biopolítica se instaure também é necessário um novo campo de intervenção, de um novo corpo: “É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de ‘população’.” (FOUCAULT, 2005, p.292-293). A população aqui é torna-se um problema, político e científico, pois é um problema biológico. A população é o objetivo final do biopoder, porém somente com a fabricação do *meio*, higienização, controle de natalidade, alimentação etc, é que essa população permanece suscetível ao controle da razão de Estado, pois sem esse processo de modificação o biopoder não fecha o circuito de ação sobre a população. O meio funciona como dobradiça articulando a população aos processos reguladores da biopolítica, e o modo como o biopolítica elabora suas estratégias de controle permanecerão incompreensíveis caso se permaneça preso às análises histórico-políticas, aos estudos de consumo, da mídia, das lutas de classe, etc. Para Foucault o marxismo não dá conta da questão da população, tentou mesmo descartá-la. É no biológico, na construção de um saber biológico que se formou a razão de Estado, por isso mais do que uma economia política, a razão de Estado

²¹Cf., Michel Foucault, *Segurança, Território, População*, p.15. Ver bibliografia.

encaixa seus mecanismos de poder por meio da elaboração de saberes que incidem sobre o organismo, sobre os corpos.

Em *Segurança, Território, População*, no final da aula de 25 de janeiro, Foucault volta a um debate que ele iniciara em *As palavras e as coisas*; no entanto, essa volta não é apenas para resgatar os temas lá desenvolvidos, antes completa-os com a seguinte conclusão: a passagem da gramática geral à filologia histórica, da história natural à biologia, da análise das riquezas à economia, só foi possível porque surgiu o novo corpo do sujeito-população. A população enquanto sujeito, enquanto fenômeno específico, enquanto realidade viva e orgânica que possibilitou a introdução dos saberes no plano das ciências da vida. O surgimento da população como correlato do poder e do saber modificou o humanismo clássico que firmou numa determinada concepção do Homem a sua metafísica, porém, como nos alerta Foucault, “o homem nada mais é finalmente que uma figura da população”²². As tecnologias do poder operaram com outros instrumentos de subjetivação, as malhas firmes da disciplina não alcançam a flexibilidade e as conexões da biopolítica, o indivíduo não é visto, como na disciplina a partir de juízos de valor: bem e mal, o poder enquanto governo governa coisas, e coisas são pensadas por uma física e não por uma metafísica. A administração dos indivíduos não pensa mais a partir do aprisionamento, da proibição e da setorização da vida, mas a partir da liberdade de cada indivíduo, da escolha (possível ou não do indivíduo), da articulação entre âmbitos distintos e distantes entre si. A organização do poder não apenas produz novas máquinas de domínio, mas máquinas que agem nas dobras do poder, nas suas articulações, conexões e variáveis. O governo dos homens põe em ação um poder extraordinariamente físico, não simplesmente uma ideologia, antes um poder material, uma tecnologia que age sobre a natureza das coisas e dos corpos.

Um aviso de Foucault não pode ser esquecido, – não há substituição de um modelo por outro, de uma sociedade de soberania pela sociedade disciplinar e desta pela sociedade de governo. Há um “triângulo”, em que as diversas combinações desses estratos do poder asseguram a gestão dos homens: governo, população e economia política são os aspectos mais contundentes dessa gestão do vivo. Por isso, a questão que impulsiona a pesquisa foucaultiana é saber qual tipo de governo determina e exerce o controle sobre o vivo, qual tipo de subjetivação que

²²Cf., Michel Foucault, *Segurança, Território, População*, p. 102-103. Ver bibliografia.

resulta desse poder sobre os homens. Assim, ele anuncia no curso de 1978, *Segurança, Território, População*, que o título elaborado não esclarece o seu verdadeiro objetivo, o certo seria compreender o controle da população, a partir do termo “governamentalidade”. Conceito que merece pelo menos três explicações oriundas do próprio Foucault: 1) a governamentalidade compreende o conjunto das instituições, procedimentos, análises, cálculos e táticas que permitem a ação e o exercício desse poder complexo que possui como alvo principal a população, tendo na economia política sua principal forma de poder e nos dispositivos de segurança seu instrumento técnico principal; 2) por governamentalidade Foucault entende a tendência, a linha de força preeminente em todo o Ocidente – mesmo sobre a soberania e a disciplina – o governo; 3) por fim, a governamentalidade deve ser entendida como o processo pelo qual o próprio Estado condicionado pela racionalidade política transformou-se em Estado administrativo²³. Deste modo, não se pode separar o empreendimento administrativo dos Estados modernos da fabricação contínua de novas subjetividades. O biopoder não é apenas um poder sobre a vida, enquanto regulação, normalização, gestão, condução; mas também um poder de aperfeiçoamento da vida, quando possibilita, tecnicamente, sua proliferação (controle do meio), ou quando torna possível a fabricação de outras formas de vida. O paroxismo anunciado é o limiar desse tempo em que a vida é cercada por infinitas possibilidades de seu fim ao mesmo tempo em que se desdobram infinitas possibilidades de sua multiplicação. A coincidência, o choque e o acomodamento entre o poder de fazer viver (biopolítica) e o poder de matar (tanatopolítica) produz o domínio biológico com o qual se *incuba* as populações modernas. A população, hoje, mais do que nunca, é um problema político, assim como um problema científico e biológico. Assim, podemos afirmar que a biopolítica por meio de mecanismos individualizantes: assistência, seguridade, racionalização econômica, estabilização política, operam na capilaridade do indivíduo, na sua existência, em seu comportamento, e tornam-no o objeto indispensável para o exercício do poder. Se Foucault utiliza o termo biopolítica, é porque tem em mente a radical situação do poder no contemporâneo: armado sobre o vivo, as tecnologias do poder asseguram a partir das unidades mais básicas da vida o controle sobre os homens.

²³Cf., Michel Foucault (2008, p. 143-144).

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles. **Pourparlers**. Paris: P.U.F., 1990.

ESPOSITO, Roberto. **Bíos, biopolítica e filosofia**. Torino: Einaudi, 2004.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Gallimard, 2001a.

_____. **Dits et écrits II 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001b.

_____. **História da sexualidade i: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 2003.

_____. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **O poder psiquiátrico**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Segurança, território, população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Machado e Eduardo Jardim. Rio de Janeiro: NAU, 2002a.

_____. **Vigiar e punir**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002b.